

Magia na Administração

21. X Raul Pilla 56

OS homens públicos brasileiros cultivam a magia. Na sua incapacidade, apega-se a administração a palavras que, só por si, e como por encanto, resolveriam tôdas as dificuldades.

Uma destas palavras mágicas é planificação. Nada de novo encerra o conceito. Todo programa de govêrno, embora se limite a um ano, que é o período orçamentário normal, não deixa de ser um plano, se obedece a um critério ou princípio determinado. A chamada planificação pretende dilatar a vários anos o período de aplicação do plano geral de govêrno. Célebres se tornaram os planos quinquêniais dos regimes totalitários.

Há sem dúvida vantagem em ampliar a visão do administrador e regularizar-lhe a ação; mas isto oferece também inconvenientes graves e verdadeiros perigos. Tudo está bem, se acertado é o plano; mas, se errado está, desastrosas, mais do que nocivas, podem ser-lhe as conseqüências. A planificação só por si não garante nada: não passa de método de administração, que poderá ser bem ou mal aplicado. E' tudo.

Outra palavra mágica é autarquia. Quando a nossa incapacidade administrativa se revela em determinado setor, imagina-se corrigi-la, criando uma autarquia. Que se consegue, em geral, com isto? Agravar a desordem, a incapacidade e, ainda mais, a irresponsabilidade.

Explica-se facilmente o fenômeno. Na administração comum há uma escala definida de responsabilidades, que vai em linha hierárquica, do servente ao ministro. Criada a autarquia, rompe-se a escala e a pretensa autonomia somente serve para dar vazão a maior desregramento. Estabelecida graças ao DASP, relativa seriedade no provimento dos cargos públicos, a qual só não é satisfatória por causa do inclassificável abuso das nomeações interinas, para o campo autárquico se transferiu, em grande parte, a politicalha partidária. Por ocasião dos pleitos eleitorais, as autarquias são disputadas como prêsas de guerra, porque, à sombra de uma autonomia fictícia, tudo ali se faz lícito.

E' que se tem estendido a administração autárquica a campos que lhe não convêm. Em rigor, só caberia nos serviços industriais do Estado, serviços que, por sua natureza, requerem maior liberdade de ação e nos quais a responsabilidade se estabelece pelos resultados da gestão facilmente apreciáveis, como a de qualquer empresa privada. Fora desta hipótese, poucos casos haverá em que se justifique realmente a organização autárquica. O que em verdade se está produzindo com o desmedido alargamento da sua esfera de aplicação, é agravar desastrosamente a irresponsabilidade política e administrativa, característica do sistema presidencial de govêrno. Cada dia com maior razão, posso repetir: o País está soçobrando na irresponsabilidade. E o está, em boa parte, graças às autarquias.

Mas, para os nossos políticos e governantes, autarquia é palavra mágica, com a qual tudo se resolve...